



BREXIT

O comércio em pauta no Ano Novo

Fumaça branca no Conselho Europeu

Ministros dos 27 Estados Membros restantes na União Europeia (UE 27) deram no último dia 15 de dezembro seu aval para que as negociações Brexit passem à sua segunda fase, quando poderá ser debatida a futura relação comercial entre as partes. A decisão ocorre dias após a Primeira Ministra britânica Theresa May e o Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker chegarem a um acordo sobre os chamados termos de saída do país - o acerto financeiro (*Brexit Bill*), a situação dos cidadãos e a fronteira com a Irlanda -, que constituiriam a primeira fase das negociações.

A divisão da negociação em duas fases foi proposta pelo lado europeu logo no início do processo, e adotada não sem forte resistência, à contragosto dos britânicos. O avanço à segunda fase só foi possível uma vez que líderes europeus reconhecerem “progresso suficiente” na negociação dos termos de saída, com base em relatório apresentado pela Comissão Europeia - braço executivo da UE -, que lidera as negociações.

Negociando contra o tempo

As duas semanas que precederam a Cúpula do Conselho Europeu, que reúne chefes de Estado ou de Governo dos Estados Membros da UE, foram de grande apreensão em Bruxelas e em Londres. Passados seis meses desde o início das negociações Brexit em junho deste ano, o impasse ainda era claro nos termos de saída, e havia grande ceticismo quanto à capacidade dos negociadores de passarem à segunda fase.

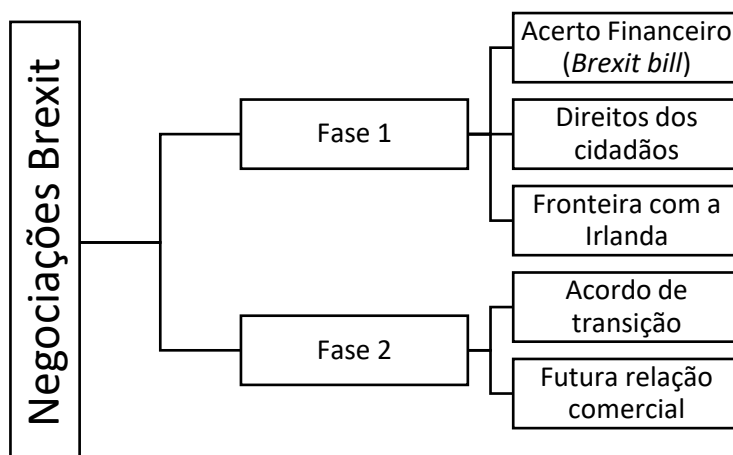
Em clima de ansiedade, devido em grande parte à pressão do setor privado pelo início das negociações comerciais, Theresa May logrou negociar com Juncker termos de saída considerados satisfatórios por Bruxelas. “Um sucesso pessoal da Primeira Ministra Theresa May” foi como se referiu o presidente do Conselho Europeu Donald Tusk ao acordo em seu pronunciamento.

Os termos estabelecidos deverão ser transcritos em um acordo mais amplo de saída, chamado *Withdrawal Agreement*. Há ainda diversas partes pendentes de discussão, como por exemplo, como serão resolvidas possíveis controvérsias que emergirem na aplicação do acordo.

O processo de ratificação do *Withdrawal Agreement* exigirá do lado europeu sua aprovação por 27 governos nacionais e o Parlamento Europeu, além dos processos de revisão legal e tradução em 24 línguas oficiais, que precedem a início do processo. Estima-se assim que o prazo limite para a finalização do acordo é outubro de 2018 para que este esteja em vigor no momento de saída do Reino Unido da UE, em março de 2019.

Theresa May garantiu possuir apoio de seu governo no compromisso assumido com sua contraparte europeia. Dúvidas emergiram quanto a isto, no entanto, após derrota do governo no Parlamento

Britânico dias após a firmação do entendimento Brexit. Parlamentares demandaram que o *Withdrawal Agreement* seja sujeito a votação no Parlamento do país, com 11 deputados do partido Conservador votando contra o governo na ocasião.



Os termos do divórcio

O documento de 15 páginas acordado por Theresa May e Jean-Claude Juncker na semana anterior à Cúpula do Conselho Europeu trouxe desfecho aos três temas chave dos termos de saída Brexit:

Brexit Bill

Negociadores protagonizaram desentendimentos públicos sobre o *Brexit bill* mesmo antes de chegarem à mesa de negociação. Após o jornal *Financial Times* estimar a conta em EUR 100 bilhões, o negociador britânico David Davis afirmou que o Reino Unido não teria nada a pagar caso saísse do bloco sem um acordo de comércio. Michel Barnier, o negociador-chefe europeu, reagiu às declarações concluindo que mesmo estas demandas iniciais poderiam “afundar” o diálogo.

A soma estimada para a *Brexit bill* é composta de diversos fatores. Seria cobrada por exemplo a parcela dos britânicos em investimentos europeus realizados nos últimos anos (e.g. em infraestrutura) e que ainda não foram pagos. Entrariam também no cálculo compromissos firmados sobre projetos a serem executados em 2019 e 2020, custos relativos à aposentadoria de funcionários britânicos nas instituições europeias, além de um passivo contingente para possíveis despesas com empréstimos e garantias da UE.

O que foi acordado: na semana precedente ao acordo, britânicos propuseram uma metodologia de cálculo que, segundo estimado por fontes da imprensa, resultaria em uma soma próxima a EUR 50 bilhões.

Dias após o acordo, no entanto, o negociador-chefe britânico David Davis voltou a fazer declarações de que o valor só seria pago se um acordo de comércio for fechado, e que o entendimento entre May e Juncker não passava de uma declaração de intenções. Os comentários provocaram fortes reações do eurodeputado Guy Verhofstadt, encarregado pelo Brexit no Parlamento Europeu. Davis ratificou sua declaração afirmando que os pontos acordados se tornariam vinculantes o mais breve possível.

Direitos dos cidadãos

Neste âmbito o impasse se deu diante da demanda europeia para que disputas legais envolvendo cidadãos da UE no Reino Unido sigam sendo adjudicadas pela Corte Europeia de Justiça (CJEU). A demanda foi rejeitada pelos britânicos que interpretaram o pedido como imposição do direito do bloco sobre o que será um país terceiro. O debate se tornou ainda mais contencioso diante da demanda britânica por inspeções de fichas criminais de cidadãos europeus que solicitem residência no Reino Unido, proposta rechaçada por Bruxelas.

O que foi acordado: as partes concordaram que cidadãos europeus residentes no Reino Unido e britânicos residentes na UE no momento de saída do Reino Unido da UE terão seus direitos mantidos sem qualquer modificação.

No que toca à aplicação das regras, ficou acordado que para leis baseadas no direito europeu, criadas durante o período em que o Reino Unido era membro da UE, cortes britânicas deverão arbitrar com base em decisões da CJEU. Para tanto um mecanismo de consulta será estabelecido permitindo às cortes britânicas consultar a CJEU em matéria de interpretação.

Ademais, o diálogo regular entre juristas de ambas as partes será encorajado de modo a garantir uma interpretação consistente das leis. Do mesmo modo, a governo britânico e a Comissão Europeia poderão intervir, quando julgarem necessário, nos tribunais da CJEU e corte britânicas respectivamente. A implementação dos direitos dos cidadãos será ainda monitorada pela Comissão Europeia, conforme ocorre atualmente. No Reino Unido, uma autoridade independente será criada para esta finalidade.

Fronteira com a Irlanda

Segundo estudos de impacto recentes, a Irlanda, único país a ter fronteira com o Reino Unido, será o Estado Membro mais afetado pelo Brexit. Isto se dá não somente devido ao seu alto grau de integração econômica com o país, mas também pelo recente processo de pacificação em sua fronteira com a Irlanda do Norte, após décadas de conflito transfronteiriço.

Nestas circunstâncias, a principal demanda irlandesa são garantias de que não haverá retorno dos controles em sua fronteira com a Irlanda do Norte, sob risco de haver perturbação ao delicado equilíbrio alcançado entre as partes.

Theresa May afirmou por diversas vezes que o controle de fronteira não seria reestabelecido. Tal promessa é, porém, de difícil conciliação com suas declarações de que o Reino Unido abandonará o Mercado Único europeu e a União Aduaneira. A busca britânica por autonomia regulatória exigiria que bens atravessando a fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte sejam sujeitos a controles aduaneiros para entrar no Mercado Único europeu.

O que foi acordado: as disposições sobre a fronteira do Reino Unido com a Irlanda foram as de maior repercussão às vésperas da Cúpula do Conselho Europeu. Ficou determinado que o Reino Unido manterá “alinhamento regulatório completo” com regras do Mercado Único e União Aduaneira da UE que “apoiam a cooperação Norte-Sul [na ilha da Irlanda], a economia da ilha e a proteção do Acordo [de Belfast] de 1998”.

O entendimento entre May e Juncker foi colocado em risco dias antes quando surgiram relatos de que, na tentativa de evitar o controle de fronteira com a Irlanda, os líderes teriam determinado que a Irlanda do Norte manteria alinhamento regulatório com o bloco europeu. A notícia levou Arlene Foster, líder do Partido Democrático Unionista da Irlanda do Norte (DUP), à televisão em rede

nacional declarar que seu partido não apoiaria qualquer acordo que criasse divergência regulatória entre a Irlanda do Norte e o restante do Reino Unido.

Ainda em reação aos relatos, Stephen Gethins, porta-voz do Partido Nacional Escocês (SNP), declarou que, caso a Irlanda do Norte fosse garantida alinhamento regulatório com o bloco europeu, o mesmo direito deveria ser garantido à Escócia.

A resistência da DUP foi particularmente custosa a May, que depende do partido para assegurar a maioria no Parlamento Britânico desde as últimas eleições em junho. O Acordo final, portanto, garantiu alinhamento regulatório entre a totalidade do Reino Unido e a UE, sob as devidas especificações. Garantias adicionais foram ainda incluídas no sentido de assegurar que não seriam desenvolvidas barreiras regulatórias entre a Irlanda do Norte e o restante do Reino Unido.

A solução encontrada, apesar de aceita por ambas as partes, apresenta desafios em sua aplicação prática. Para se evitar o controle de fronteira na Irlanda, será necessário por exemplo alinhamento regulatório em padrões sanitários para produtos agrícolas, que representa grande parte do comércio entre Irlanda e Reino Unido. Além de comprometer a autonomia regulatória britânica – prioridade de muitos defensores do Brexit – este alinhamento também implicaria limitações à capacidade do Reino Unido de negociar padrões em acordos de comércio com outros países.

Próximos passos: a transição e o futuro comercial

Assim como em qualquer negociação comercial, a Comissão Europeia deverá receber um mandato dos Estados Membros para iniciar as negociações com o Reino Unido. Levando-se em conta os trâmites internos, é estimado que o diálogo tenha início apenas em março do próximo ano.

O negociador-chefe europeu, Michel Barnier, deixou claro que não haverá tempo suficiente para a conclusão de um acordo de comércio antes da saída do Reino Unido da UE em março de 2019. O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, ao apresentar suas diretrizes preliminares para a negociação da segunda fase Brexit, afirmou que esta deveria se iniciar com a negociação do acordo de transição.

Theresa May havia sinalizado no passado que seriam necessários cerca de dois anos de transição após a expiração do prazo Brexit. Segundo o Chanceler do Tesouro britânico, Philip Hammond, durante este período o Reino Unido contaria com um ambiente regulatório que efetivamente recria o *status quo*, sem, no entanto, fazer parte do Mercado Único e da União Aduaneira.

“Estaremos prontos para discutir isto, mas com nossas condições”, afirmou Tusk quanto à proposta britânica. Segundo propôs o presidente do Conselho, durante o período de transição o Reino Unido deverá: respeitar o direito europeu, mesmo novas leis; respeitar compromissos orçamentários; respeitar o controle judicial; e respeitar todas as obrigações relacionadas a estes compromissos. Tusk ainda afirmou que, durante o período, o Reino Unido não teria participação na tomada de decisões europeia.

Por fim, o presidente do Conselho declarou que é necessário aos europeus ter maior clareza quanto às expectativas dos britânicos em relação à futura relação comercial entre as partes. Perguntado pela imprensa na última semana sobre quais seriam suas expectativas neste âmbito, o negociador-chefe britânico, David Davis, afirmou esperar um “CETA [Acordo UE-Canadá] plus plus plus”. Na

mesma semana, no entanto, Davis admitiu diante do Parlamento Britânico que seu departamento não realizou nenhum estudo de impacto Brexit, causando furor no corpo legislativo do país.

A voz do setor privado

Demanda por acesso *versus* integridade do Mercado Único

Desde o início do processo Brexit em 29 de março deste ano, setores da indústria têm se pronunciado de forma vocal por previsibilidade regulatória e transparência. Em termos de resultado, no entanto, objetivos diferem através dos setores.

Empresas do setor aéreo, por exemplo, amplamente afetado pelo Brexit, se manifestam por garantia de acesso, e maior esclarecimento sobre a situação futura. Segundo comunicado, o setor temeria a saída do Reino Unido sem um acordo bilateral que garanta um regime de livre espaço aéreo. Tal cenário resultaria na interrupção temporária dos voos entre o país e a Europa continental. "Nossa melhor esperança é um acordo bilateral [...] mas tememos que o governo britânico não consiga negociá-lo a tempo" afirmou o CEO da linha aérea irlandesa *Ryanair*.

Central aos interesses britânicos nas negociações, o setor financeiro também se manifesta por acesso a mercado e previsibilidade regulatória. Segundo o CEO da *Investment Association*, associação que representa investidores no Reino Unido, seria necessário um "acordo adaptado" para o setor, que garanta acesso mútuo ao mercado e que preserve o "ecossistema" financeiro do país.

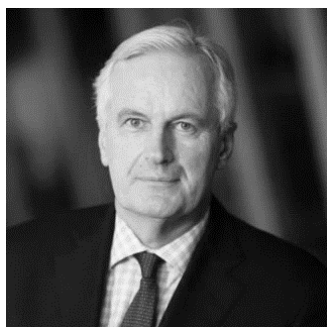
Do lado europeu, o lobby agrícola Copa Cogeca publicou comunicado no qual pede ao Reino Unido que permaneça no Mercado Único e na União Aduaneira, para evitar qualquer perturbação ao comércio agrícola entre a UE e o Reino Unido. Já o lobby do setor de alimentos *FoodDrinkEurope* se posicionou em demanda de um período de transição extenso, mantendo o *status quo* pelo maior tempo possível até que um acordo de comércio entre em vigor.

Diversas empresas europeias, por outro lado, ponderaram o possível impacto do Brexit sobre o Mercado Único. A indústria automobilística na Alemanha, por exemplo, grande beneficiária da livre circulação dentro do bloco, se pronunciou em defesa da integridade do Mercado Único, mesmo que às custas de um maior acesso ao mercado britânico. Na mesma linha, pesquisa da Câmara de Comércio e Indústria da Alemanha revelou que 87% das empresas no país estariam dispostas a aceitar os prejuízos do Brexit para preservar a integridade do Mercado Único. Em termos práticos, apesar dos possíveis ganhos financeiros, um tratamento preferencial ao Reino Unido abriria um precedente arriscado ao demonstrar ser possível a demais países saírem do bloco e manterem acesso aos benefícios do Mercado Único sem as devidas obrigações.

Bruxelas, 18 de dezembro de 2017

Quem é quem nas negociações Brexit

União Europeia



Michel Barnier
Negociador-chefe da UE

Barnier serviu como Ministro de Relações Exteriores da França e como Comissário europeu para o Mercado Único e Serviços. Neste último cargo, Barnier ficou conhecido por suas divergências com representantes britânicos, em especial na reforma bancária europeia após a crise financeira de 2008. A designação de Barnier como negociador-chefe não foi bem recebida pelo setor financeiro britânico, que viu na escolha maiores desafios na negociação de um acordo favorável ao setor.



Sabine Weyand
Negociadora-chefe adjunta

Antes de ser apontada número dois nas negociações Brexit, Weyand servia como Diretora de Coordenação Política para o Secretariado Geral da Comissão Europeia, instituição onde atua há 20 anos. Weyand é conhecida por seu elevado nível técnico. A alemã foi parte do gabinete de Pascal Lamy, enquanto Comissário Europeu de Comércio. Seu histórico recente em temas comerciais inclui também gestões de crise nos acordos com os Estados Unidos e o Canadá.



Didier Seeuws
Chefe da força-tarefa Brexit no Conselho Europeu

Diplomata belga de carreira, Seeuws foi indicado pelo Presidente do Conselho Europeu Donald Tusk para liderar a força tarefa Brexit na instituição. Seeuws serviu como chefe de gabinete do antigo presidente do Conselho Europeu Herman Van Rompuy. Sua experiência inclui negociações complexas enquanto representante adjunto da Bélgica junto à UE, como a que deu origem ao sistema de patentes europeu.

Reino Unido



David Davis **Negociador-chefe britânico**

Secretário de Estado para a Saída da União Europeia, no chamado “Ministério Brexit” do Reino Unido, Davis é conhecidamente eurocético e se mostrou acirrado defensor da campanha “*Leave*” no referendo britânico.

Davis solidificou sua trajetória em *Westminster* tendo por base a defesa das liberdades civis. Antes de iniciar sua carreira política, Davis era executivo na gigante do setor de açúcar *Tate & Lyle*, onde trabalhou contra regulações europeias no setor.



Philip Rycroft **Secretário Permanente, Departamento para a Saída da União Europeia**

Rycroft assumiu o cargo em outubro deste ano, após saída de Oliver Robbins. Rycroft é também Chefe *do UK Governance Group* no governo britânico, onde é encarregado de funções constitucionais como o acompanhamento do impacto Brexit sobre Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Sua função foi determinante nos momentos finais da primeira fase das negociações Brexit.

No governo anterior, Rycroft serviu como mão direita do Primeiro-Ministro Adjunto Nick Clegg. Rycroft também passou tempo em Bruxelas como *expert* no Gabinete do então Vice-Presidente da Comissão Europeia Leon Brittan.



Crawford Falconer **Conselheiro-chefe de negociações comerciais no Departamento de Comércio Internacional**

Falconer possui mais de 25 anos de experiência em política comercial e negociações comerciais. Antes de juntar-se ao time britânico, Falconer era Vice-Ministro de Comércio e Relações Exteriores da Nova Zelândia, após ter servido como Embaixador do país na OMC, onde presidiu a Rodada Doha de negociações em agricultura e algodão.

Linha do tempo: Brexit fase 1

